

# Democracia e (in)tolerância racial:

## O desafio do multiculturalismo



Valter Roberto Silvério \*

Henrique Delgado Jr.

O final da Segunda Grande Guerra Mundial foi marcado pelo nascimento de um consenso no qual aqueles que expressassem e ou professassem crenças racistas deveriam ser "condenados". Embora outras características possam ser encontradas, esta nova "consciência" social foi gerada a partir de uma maior divulgação de pesquisas científicas que desautorizavam a construção de hierarquias raciais e, também, pela percepção de que crenças racistas conduziam o comportamento e as ações humanas para caminhos moralmente inaceitáveis. Esse consenso estava enraizado em um número de eventos históricos, amplamente conhecidos e de domínio público: a escravidão organizada pelo capital mercantil em vários Estados-Nação europeus entre o século XVI e XIX; a morte de milhões de judeus sob a direção do governo fascista alemão entre 1933 e 1945; a segregação racial praticada nos Estados Unidos do final do século XIX até meados dos anos 60; e a construção e manutenção do *apartheid* na África do Sul. Todos estes acontecimentos históricos foram, de alguma forma, legitimados por diferentes graus de racismo.

Esse consenso começou a ser quebrado no oeste europeu e em outras partes do mundo a partir dos anos 1970. Desde então, certos partidos políticos passaram a expressar demandas e políticas que se assemelham àquelas que conduziram os grupos fascistas aos parlamentos da Europa dos anos 1930. As várias caracterizações da imprensa e os atos públicos de alerta dos setores organizados da sociedade civil,

comprometidos com uma oposição sistemática a qualquer forma de racismo, conduzem à uma mesma conclusão: existe uma nova onda racista na Europa ocidental, nos Estados Unidos e em outras partes do globo.

Essa afirmação é comprovada pelos inúmeros atentados praticados contra as minorias "étnico/raciais" por grupos neofascistas e neo-nazistas na Alemanha, Inglaterra, França, Portugal, Estados Unidos e, também, pela rápida ampliação do número de organizações preocupadas com a expansão e proliferação do racismo, especialmente, no continente europeu.

Na área acadêmica, o aumento do número de trabalhos nas várias disciplinas das ciências humanas que procuram equacionar ou negar a crescente complexidade dos problemas causados pelos conflitos interpretados como raciais, apenas corroboram a constatação de que as mudanças estruturais em curso recolocam no centro do debate sócio-político, os novos contornos e implicações da racialização e pan-etnização do social em suas distintas dimensões. Os textos preocupados com o racismo, por exemplo, têm oscilado entre uma posição que nega e outra que sustenta o aumento da importância e do significado de raça para o entendimento da dinâmica social contemporânea nas sociedades multirraciais. Mais do que aderir ou negar as posições em debate, este texto está preocupado em focalizar, a partir de uma breve revisão da literatura recente, o aumento da intolerância nas relações sociais que envolvem diferentes grupos étnicos e ou raciais.

A década de 60 é de grande importância na literatura corrente das ciências humanas e sociais. Existe, aparentemente, um certo consenso de que nesta década ocorreu um conjunto de transformações que ressoam até os nossos dias. Dentre as várias tentativas cronológicas de demarcar os fatos que iniciam e fecham o período, a mais adequada parece ser aquela que aponta a independência de Gana, em 1957, como o início e a crise econômica mundial de 1973/74 como o término da década.

Ao analisar a década de 60, Jameson

observa inicialmente que o período em questão não pode ser entendido como estilo ou maneira de pensar e agir, onipresente e compartilhado de maneira uniforme, mas antes como a participação numa situação objetiva comum para a qual toda uma gama de respostas variadas e inovações criativas mostra-se possível, embora sempre nos limites estruturais daquela situação. (Jameson, 1992:82)

A intenção do autor é proporcionar uma narrativa de aspectos, não necessariamente conexos, que marcaram as transformações ocorridas nos anos 60 em quatro níveis: a história da filosofia, a teoria e a prática política revolucionárias, a produção cultural e os ciclos econômicos, limitando suas observações aos Estados Unidos, França e América Latina. (Jameson, 1992:82)

Segundo Jameson, as abordagens produzidas por perspectivas históricas orgânicas mais antigas buscavam uma unificação "expressiva" por meio de analogias e homologias entre níveis de vida social completamente distintos, ou seja, propunham identidades entre as formas nos diversos níveis. Em sua abordagem, a proposta é verificar, precisamente, uma série de homologias significativas a partir das rupturas daquelas formas (na história da filosofia, na teoria e prática política revolucionárias, na produção cultural e na economia) e seu desenvolvimento após a década de 60. "O que está em jogo, então, não é qualquer tipo de proposição sobre a unidade orgânica dos anos 60 em todos os seus níveis, mas uma hipótese sobre o ritmo e a dinâmica da situação fundamental, em que aqueles níveis diferentes se desenvolvem de acordo com suas próprias leis internas" (Jameson, 1992:82).

Como ponto de partida, Jameson assinala o conjunto de movimentos e fatos significativos que marcam o período no Terceiro Mundo: o processo de descolonização da África inglesa e francesa, o maoísmo e a revolução cubana; no Primeiro Mundo: a contracultura (drogas e rock), a nova esquerda estudantil e o movimento de massas antibelicista e, finalmente, a nova política

dos negros norte-americanos e o movimento pelos direitos civis.

De acordo com a descrição acima, os fatos que irão detonar as grandes mudanças do período têm sua origem no Terceiro Mundo, principalmente, nas lutas e movimentos de libertação nacional, produtos de um longo processo de dominação colonial que transformou substancialmente as condições de existência da população terceiro-mundista.

A lógica de expansão e a intervenção européia na Ásia e na África acarretaram três conseqüências mais claramente perceptíveis: atuou como solvente da tradicional ordem social, transformou substancialmente as economias locais e levou à criação de elites educadas segundo padrões do Ocidente, "as quais assumiram a liderança na transformação do ressentimento existente contra o estrangeiro e a superioridade estrangeira em movimentos nacionalistas organizados em escala maciças" (Barraclough, 1976:167-168).

A ruptura do equilíbrio nas sociedades tradicionais, a imposição de novos parâmetros econômicos orientados pela perspectiva européia e a emergência de uma elite educada, conhecedora das técnicas da civilização ocidental, formaram o contexto adequado para o surgimento de grandes líderes nacionais.

A educação ocidental, além de seu efeito óbvio de disseminação de toda a gama de idéias ocidentais, desde o cristianismo ao leninismo, teve ainda duas outras conseqüências principais:

primeiro, fomentou uma vasta classe de asiáticos e africanos descontentes, educados ou semi-educados - os "Westernized Oriental Gentlemen" (ou, depreciativamente), os "Wogs" da Índia e os "Standard VII Boys" de Gana e da Nigéria - a quem estavam vedados os melhores cargos, reservados apenas para os europeus; segundo, acarretou bruscas e rápidas mudanças no equilíbrio social, visto que, numa sociedade em que as barreiras à mobilidade social estavam sendo derrubadas, os elementos mais qualificados, com treino ocidental, independentemente de suas origens, deslocaram gradualmente a antiga e menos adaptável classe dominante (Barraclough, 1976:67-168).



Henrique Delgado Jr.

A partir do exposto acima, pode-se concluir, inicialmente, que o momento imperialista do encontro entre o ocidente com a Ásia e África é marcado pela mudança social desses continentes, no sentido da modernização e da "incorporação" de idéias, técnicas e instituições européias. Conclui-se, num segundo momen-

to, que a dissolução dessa ordem foi acompanhada por uma proposta estratégica de combinar a transformação social com a emancipação política. Finalmente, o nacionalismo emergente nas colônias deve ser entendido não apenas como uma reação contra o ocidente, mas também como um momento fundamental na transformação do modo de vida tradicional. É importante registrar que vários elementos da cultura autóctone foram resgatados, resignificados na luta contra a dominação estrangeira, nos processos de "restauração nacional" ou mesmo de invenção de

nações. Nesse contexto, surgem vários intelectuais com educação ocidental, mas com sólidos vínculos com suas culturas de origem.

No cerne dessa situação histórica encontram-se os movimentos que a literatura recente denomina de "novos", dos quais emergem as novas "identidades" coletivas ou novos "sujeitos da história". Mas, talvez, o mais significativo é que essa literatura aponta que a emergência dessas novas categorias sociais e políticas (o colonizado, a raça, a marginalidade, o gênero e similares) ocorre, simultaneamente, à crise "daquela categoria mais uniforme que até então parecia subsumir todas as variedades de resistência social, qual seja, a concepção clássica de classe social" (Jameson, 1992:85).

Convém ressaltar que isto deve ser entendido mais no sentido institucional do que no sentido intelectual. A crise é das instituições através das quais uma real política de classes conseguiria, embora imperfeitamente, se expressar. O exemplo mais visível é o desaparecimento do Partido Comunista norte-americano em 1956, aparentemente como resultado da repressão exercida pelo marxismo e pela campanha de desestalinização promovida por Krushev, que altera, também, significativamente, a prática política dos Partidos Comunistas na Europa, em especial na França.

A revolução cubana é, também, um outro exemplo das novas práticas políticas revolucionárias, uma vez que suas características não se encaixavam nos modelos até então empregados, a experiência leninista e a maoísta, uma vez que possuía uma estratégia inteiramente própria. Nos Estados Unidos, o assassinato de Kennedy parece ter contribuído sobremaneira na deslegitimação do próprio Estado e no descrédito do processo parlamentar. (Jameson, 1992:p.88)

Se é verdade que esses fatos determinaram um conjunto de alterações fundamentais na vida de grande parte do planeta, funcionando como um processo de liberação de energias revolucionárias, não é menos verdade que a

reação diante dessas transformações ocorre simultaneamente. Os fatos que marcam o fim da década de 60 são dramáticos e ilustrativos. "O fim do terceiro-mundismo nos Estados Unidos e na Europa precede com ampla vantagem o Termidor Chinês e coincide com a consciência de uma corrupção institucional crescente em muitos países africanos de independência recente e com a quase total militarização dos regimes da América Latina depois do golpe do Chile em 1973" (Jameson, 1992:88-89).

Ao final do período, no Primeiro Mundo existe um claro retorno a uma política doméstica, como testemunham o movimento pacifista nos Estados Unidos e o movimento de Maio de 68, na França, mesmo se considerarmos, em tais países, a permanência de grupos com ligações orgânicas com as causas terceiro mundistas, por exemplo, o Progressive Labor e os grupos contrários à Guerra do Vietnã, nos Estados Unidos.

No Terceiro Mundo que, segundo Worsley(1966), surge como uma nova força nas relações internacionais, paradoxalmente ou dialéticamente, às lutas de libertação, que desembocaram nos processos de descolonização, deram início a um outro processo conhecido como neocolonialismo. Suas expressões mais visíveis foram a "revolução" tecnológica na agricultura, a chamada revolução verde com suas aplicações de processos químicos na fertilização, suas estratégias intensificadas de mecanização e a promessa de livrar o mundo da fome.

No século XIX e no início do XX, a penetração capitalista no Terceiro Mundo não significou necessariamente uma transformação capitalista nos modos tradicionais de produção ali vigentes. Ao contrário, estes permaneceram em grande medida intactos, "meramente" explorados por uma estrutura mais política e militar. A própria natureza de enclave desses modos mais antigos de agricultura - junto com a violência do colonizador e aquela outra violência, a introdução do dinheiro - estabeleceu uma espécie de relação tributária que se mostrou vantajosa para a metrópole imperialista por um longo período. A Revolução Verde leva essa

penetração e expansão da lógica do capital a um novo estágio"(Jameson, 1992:91).

Na verdade, Jameson tenta analisar uma das principais ambigüidades da década de 60, demonstrando que, longe da retirada do capital e do poder primeiro-mundista nas antigas colônias ou em outras partes do mundo, é possível imaginar-se o contrário, ou seja, um período de expansão inovadora e plenamente dinâmico do capitalismo, equipado com todo um arsenal de técnicas e novos "meios de produção".

De todo modo, importa demarcar as grandes transformações que estas inovações introduziram. No Terceiro Mundo, como já foi mencionado anteriormente, a dissolução da ordem tradicional resulta em bruscos processos de expulsão da população rural e em amplos adensamentos urbanos, rápidos e desordenados, além de uma industrialização que, normalmente, não consegue absorver o conjunto da mão-de-obra disponível. Perpetua assim, grandes excedentes de trabalhadores sem emprego. As conseqüências desse processo são discutidas por uma ampla bibliografia que trata desde a questão da marginalidade social, da pobreza, até mais recentemente as análises que enfatizam o aprofundamento da exclusão social. Mas também em seu conjunto, essa bibliografia vai apontar para a constituição de formas de mobilização social e movimentos sociais que se organizam em bases totalmente distintas dos sindicatos de trabalhadores e partidos políticos. É aqui que reside a força do argumento dos autores que visualizam uma grande mudança na década de 60.

A novidade é mais claramente percebida no Primeiro Mundo do que no Terceiro por uma razão aparentemente simples. É o Primeiro Mundo, no qual predominam formas de Estado nacional mais avançadas, conhecidas como "welfare", que proporciona um conjunto de garantias e direitos aos trabalhadores e à população em geral. O problema é que o êxito desse modelo pressupunha a subordinação do mundo colonial e a solução das rivalidades imperialistas. As mudanças introduzidas nas

relações entre nações avançadas e nações emergentes, mesmo pautadas por novas formas de dominação, desafiam o modelo existente, provocando amplas reformulações no conteúdo das políticas nacionais e internacionais. O quadro se agrava quando observa-se que o capitalismo, agora global, com seu conjunto de trans-formações tecnológicas, impõe novas questões sociais, tais como o desemprego estrutural, as imigrações intra e inter nações e, principalmente, o aprofundamento das desigualdades sociais nos países do Primeiro Mundo, ampliando a categoria de excluídos. Não é necessário dizer que, nos países do Terceiro Mundo, em sua maioria, as condições sociais de existência nunca ultrapassaram o limite da sobrevivência pura para a maior parte da população.

Assim, nas décadas de 60, 70, 80 e 90, o agravamento das condições sociais de existência correspondeu ao acirramento das contradições mais visíveis do capitalismo; além do que, outras contradições ganharam visibilidade como por exemplo aquelas relativas às minorias. Os exemplos mais evidentes são o movimento feminista e o movimento negro norte-americano que, ao questionarem a situação em que mulheres e negros estavam submetidos, demonstraram os limites do chamado pluralismo democrático. Ao mesmo tempo, são exigidas mudanças substanciais no tratamento de suas especificidades, o que gerou as chamadas políticas de discriminação positiva. No plano internacional, o terceiro mundismo evidenciou a desigualdade de relações entre as nações, em suas diferentes dimensões, forçando um conjunto de mudanças nas relações entre os países ricos e pobres que se orientavam pelo reconhecimento dos efeitos deletérios do extinto colonialismo.

Os Estados emergentes da Ásia, África e também o Oriente Médio procuraram orientar-se pelas contradições geradas pela Guerra Fria, mais precisamente buscando tirar proveito das fissuras da política de blocos. O resultado desse quadro parcial é bastante visível nos anos 90, com

o aprofundamento da chamada crise econômica e fiscal.

Nos países de capitalismo avançado, as transformações tecnológicas no âmbito da produção reduziram substancialmente a necessidade de mão-de-obra, provocando o chamado desemprego estrutural. O Estado passa assim, a tentar desvencilhar-se do "peso" representado pelos direitos civis e sociais conquistados pelos trabalhadores. No Terceiro Mundo, a escalada de políticas neo-liberais



Henrique Delgado Jr.

desestruturam as pequenas conquistas sociais, que ainda existiam. A chamada desregulamentação do Estado provoca nos países pobres, onde raramente encontram-se Estados Nacionais consolidados, o aprofundamento das desigualdades sociais e, conseqüentemente, a exclusão, e o que é pior, uma evidente paralisia dos movimentos sociais, sejam novos ou tradicionais. O resultado tem sido uma certa apatia política das oposições, traduzida pela ausência de propostas contrárias a esse quadro, com raras exceções.

Nos países ricos, a situação não é muito diferente, mas as chamadas políticas de identidade colocam um conjunto de novos elementos para a análise crítica.

## OS NOVOS SENTIDOS DA EXCLUSÃO NA EUROPA

Na Europa ocidental, o impacto das transformações durante a Guerra Fria e posteriormente, resultou numa política que, em que pese suas variações nos diferentes países, contém um traço comum, qual seja, enquanto incentiva-se progressivamente a dissolução das fronteiras internas, as fronteiras externas são também progressivamente fechadas.

A despeito da reconhecida necessidade do trabalho imigrante para compensar as tão lastimáveis conseqüências econômicas das baixas taxas de natalidade na Europa e do envelhecimento de sua população, que ameaçam o Estado de Bem-Estar, as alusões a um "dilúvio imigratório", à "explosão emigratória", servem para intensificar difusos temores. Acrescente-se a isso a freqüente explicação convencional do motivo pelo qual, em primeiro lugar, essas pessoas são compelidas a emigrar, isto é, apresentando a "explosão populacional" do Terceiro Mundo como resultado de sua própria imprevidência (Stolcke, 1993:22).

Com esses argumentos, a mídia e os defensores de controles rigorosos ou da interrupção da imigração, desde os anos setenta, contribuem para a ampliação de um sentimento que atribui todos os males sócio-econômicos, desemprego, falta de moradia, aumento da delinqüência, deficiência dos serviços sociais, aos chamados imigrantes extracomunitários.

Como nos lembra Stolcke, em uma primeira tentativa de avaliar a extensão e o significado do crescimento da hostilidade anti-imigrante, o Parlamento Europeu de fato concluiu, em 1985, que um novo tipo de espectro assombra agora a política européia: a 'xenofobia', que a descreve como um 'ressentimento ou sentimento latente', uma atitude que precede o fascismo ou o racismo e pode preparar o terreno para ambos, mas não é atingida em si mesma pela competência da lei e da prevenção legal (Stolcke, 1993:21).

É a partir dessas questões que a referida autora, juntamente com outros cientistas sociais, identificou a emergência de um novo estilo de

racismo que, "afastando-se do racismo tradicional vai em direção a um fundamentalismo cultural que se baseia em certos pressupostos que dão apoio às modernas noções de cidadania, identidade nacional e Estado-nação" (Stolcke, 1993:21).

Em um rápido retrospecto dos caminhos do racismo na Europa, é possível identificar suas variações ao longo do tempo histórico. Inicialmente, não era a diferença fenotípica que preocupava os europeus, mas sim a diversidade cultural e moral que desafiava a hegemonia cristã. No século XIX, o racismo científico introduz uma nova maneira de justificar a dominação e a desigualdade, inspirada pela busca iluminista de leis naturais que explicassem não só a ordem natural, mas também a ordem societária, o que nos remete ao tema da inferioridade/superioridade entre as raças que servirá, por longo período, para justificar todo o colonialismo europeu.

Mas, segundo Stolcke, o que tem de novo na Europa é uma espécie de fundamentalismo cultural que inventa e recorre a uma nova noção da natureza humana, o *Homo xenofobicus*. Em outras palavras, no moderno *ethos* liberal fica ideologicamente superada a aparente contradição entre uma humanidade compartilhada, que envolve uma idéia generalizadora, sem excluir qualquer ser humano, e o particularismo cultural, que se traduz em termos nacionais. Um "outro" cultural, o imigrante como estrangeiro, alienígena e inimigo em potencial, ameaçador de "nossa" integridade e especificidade cultural e portanto nacional, é explicado fora dos traços compartilhados pelo "eu". Em mais uma distorção ideológica, a identidade e a propriedade nacional, interpretadas como particularidades culturais, tornam-se assim uma barreira intransponível para aquilo que, em princípio, surge naturalmente entre os humanos, isto é, a comunicação (Stolcke, 1993:27).

Seguindo sua argumentação, Stolcke vai demonstrar que esse novo fundamentalismo cultural, enquanto uma nova doutrina, estrutura-se a partir de uma noção chave, a noção

de enraizamento ("enracinement"). Na prática, significa que: para se preservar a identidade tanto de europeus quanto a dos imigrantes em sua diversidade, esses deveriam permanecer em seus países de origem ou retornar para eles.

Até meados dos anos oitenta, o movimento anti-racista na França, aliado a organizações de imigrantes, defendeu um modelo multiculturalista de integração, baseado no respeito à diversidade cultural dos imigrantes. Depois disso, a opinião foi mudando, reivindicando "um retorno ao antigo tema republicano de integração, de acordo com o qual a qualidade de membro de uma nação não se baseia em uma identidade, mas na cidadania, que consiste na adesão individual a certos valores universais mínimos, porém precisos. O "modèle républicain d'intégration", que condiciona a cidadania a valores culturais compartilhados, tornou-se a alternativa política progressiva ao fundamentalismo cultural de exclusão da extrema direita (Stolcke, 1993:29).

Na Inglaterra, apesar de uma experiência bastante diferente, os resultados atuais são bastante semelhantes. A posição liberal sempre defendia a integração com a devida tolerância para a diversidade cultural e tratamento diferencial, de acordo com as necessidades particulares daquelas que vieram a ser conhecidas como "minorias étnicas". No início dos anos oitenta, o sentimento e a política anti-imigrante eram igualmente formulados na linguagem do fundamentalismo cultural. (Stolcke, 1993:30)

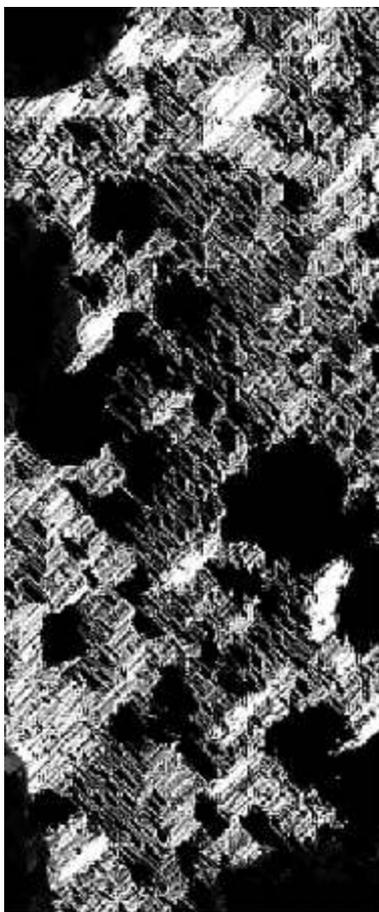


Ilustração a partir de Klein

Numa mesma linha de argumentação, o pensador alemão Enzensberger afirma que a Alemanha encontra-se, também, no centro da questão que mais divide a Europa nesta virada do milênio: a xenofobia. O ódio ao estrangeiro vem causando um fenômeno que o autor denomina de bulimia, ou seja, um apetite insaciável contra tudo que é relativo a estrangeiros, inclusive os próprios estrangeiros enquanto tais (Enzensberger, 1993).

A experiência norte-americana recente apresenta os mesmos problemas, mas os efeitos das transformações dos anos 60, ao menos inicialmente, trilharam caminhos muito diferentes dos europeus.

Nos Estados Unidos, a chamada "política de identidade", ao que tudo indica, surgiu nos anos 1960 com o movimento para a expansão dos direitos civis dos negros estadunidenses, que, por sua vez, abriu espaços para outros movimentos de afirmação política e

cultural, especialmente, feministas, "latinos" e gays.

De modo geral, as explicações sobre as transformações ocorridas na sociedade civil americana destacam as mudanças políticas - "em particular, o movimento pelos direitos civis, a revanche conservadora e o enfraquecimento do Estado do Bem-Estar Social -, econômicas - o pós-fordismo e a crise econômica do decênio de 1980 - e demográficas - as novas migrações latino-americanas e asiáticas". (Yudice, 1994:10). A grande conquista efetuada pelo movimento dos direitos civis foi a transformação da política de acesso a bens e serviços do Estado do Bem-Estar Social. A caracterização comum da sociedade,

anteriormente a este período, era de um conjunto de grupos de interesses, hierarquicamente dispostos *a priori*, em termos de correlação de forças. Portanto, os resultados das negociações políticas, além de previsíveis eram, também, num certo sentido, pré-determinados.

O movimento pelos direitos civis, ao denunciar a rigidez dessa estrutura e ao reivindicar a inclusão dos negros na esfera dos direitos civis, provoca uma desarticulação dessa hierarquia, dando lugar a um "novo" processo político "no qual a identidade se constitui e se redefine na contínua renegociação da legitimidade política. O grupo de identidade se define e se redefine através das constantes gestões nas esferas políticas, sociais e culturais" (Yúdice, 1994:10-11).

Apesar de novas leis contemplarem esse processo de renegociação, o aspecto mais importante será o jurídico, por intermédio do qual lançaram-se leis discriminatórias. Além disso, o próprio processo jurídico se transforma, de algo que antes reconhecia e dispensava benefícios, conforme um discurso de direitos universais do cidadão, em outro, no qual os critérios de aplicação dos direitos voltam a ser interpretáveis. De uma política de direitos se passa a uma política de necessidades de interpretação de necessidades, pois, no novo contexto democratizado será a necessidade que determinará se um grupo deve receber serviços ou bens que o satisfaçam. Mas como determinar a legitimidade de uma necessidade? Cada vez mais esta determinação se baseará em um fundamento identitário: *ethos* cultural do grupo. A partir daí a identidade se converte já não somente em tributo mas em um processo constituído na política cultural. Ou seja, a identidade - incluindo todas suas dimensões culturais - se constitui no e contribui para o processo político (Yúdice, 1994:11).

Como resultado desse processo de reconhecimento de necessidades alternativas espera-se que haja um dismantelamento

progressivo de valores que reproduzem a hegemonia dos grupos anglófonos, angloculturais, de perspectiva machista e heterossexista. Acredita-se que, passa-se de uma sociedade em que o interesse político se distribuía em relação a uma hierarquia, em que a classe social e etnia se relacionavam de uma maneira mais ou menos fixa, para uma sociedade em que uma multiplicidade de fatores de identidade terão maior importância (Yúdice, 1994:11).

Nos anos 70, os setores conservadores procuraram questionar as conquistas levadas a cabo pelos "grupos de identidade". Exemplos importantes de conquistas foram: o sistema de educação bilíngüe para os latinos; em alguns estados e municípios dos Estados Unidos ocorreu uma redefinição da família levada a efeito pelos gays para se beneficiarem dos serviços sociais destinados exclusivamente, até então, aos casais heterossexuais.

Mas foram nas práticas artísticas e culturais que as transformações tornaram-se mais visíveis. Em especial, a partir dos anos 80, os grupos minoritários, historicamente subordinados e excluídos, passaram a ter visibilidade para além de seus espaços locais e instituições alternativas dos vários "grupos de identidade": negros, chicanos, nuyoricans, asiáticos, índios, feministas, gays, lésbicas e outros. (Yúdice, 1994:10-11)

O multiculturalismo, como ideologia mais ou menos coerente, nasce na esteira desse conjunto de transformações, "precisamente quando a direita conservadora toma o poder, com a eleição de Reagan, e se produz um apelo para a aliança entre os diversos grupos de identidade" (Yúdice, 1994:12).

Para além das limitações dessa política cultural que, aparentemente, é predominantemente simbólica, pois não houve nenhuma transformação conseqüente no que se refere à infra-estrutura do Estado norte-americano, no plano político, a crítica multiculturalista denuncia o pretensão pluralismo da democracia

liberal, ao demonstrar que esta, em última análise, trabalha no sentido da unificação cultural e ideológica que fecha o espaço social aos "outsiders", isso é, grupos de *status*, etnias, grupos de "gênero", idéias e culturas (Leca, 1995:23).

A partir desta breve análise da situação européia e norte-americana, verifica-se que, na atualidade, houve uma mudança no sentido

da discussão em torno do princípio da tolerância, ou seja, um deslocamento do plano estritamente religioso e político para o plano étnico/racial. O interessante, entretanto, é que não se trata de uma substituição pura e simples mas, aparentemente, existe uma sobreposição de um conjunto de problemas religiosos, políticos e étnicos/ raciais historicamente não resolvidos, porque acobertados pelo denso manto das propostas liberais que prometiam igualdade e liberdade para todos. Nos anos 60, as chamadas minorias passaram a reivindicar ou mesmo a exigir internamente nos Estados Nacionais o direito à cidadania e,

portanto, aos direitos civis e sociais básicos de uma sociedade democrática. Para além dos limites que a emancipação política possa ter, como afirmou Marx, ela parece representar, nos dias atuais, uma verdadeira ameaça aos Estados democráticos pluralistas (ou aqueles que tentam seguir esse modelo) pois estes, aparentemente, não estão preparados para conferir ao conjunto da população o estatuto de cidadão e é esta metamorfose da população em povo, do nativo em cidadão que se tenta bloquear.

## RUMO AO FUTURO INCERTO

Os sintomas de que existe uma grande mudança social em curso já foram por demais apontados em vários trabalhos citados ao longo deste estudo. A nossa opção por trabalhar a partir do princípio da tolerância nos permitiu verificar que as grandes transformações desde os anos 60, alteraram significativamente as propostas de solução para o complexo de problemas sociais de um mundo no qual a diversidade aparece em toda sua plenitude. Numa primeira tentativa de síntese, nota-se que as grandes transformações econômicas em curso denominadas, via de regra, como

Alternado I, de Hermelindo Fiaminghi

globalização econômica, além de alterarem significativamente as relações entre as nações, aparentemente, colocam em cheque a própria idéia de nações soberanas e autônomas, mesmo que, paradoxalmente, os nacionalismos estejam em alta.

Um aspecto importante a ser observado, diretamente relacionado à globalização da economia é o fenômeno da imigração dos países do chamado Terceiro Mundo para o Primeiro Mundo. A precária estrutura econômica dos Estados em desenvolvimento ou economias emergentes, estão desafiados pela economia global. Dito de outra forma, as mudanças tecnológicas transformadoras dos processos produtivos impulsionam alterações radicais na economia mundial, dificultando ou mesmo impedindo soluções locais ou até mesmo regionais, o que têm provocado senão a falência, ao menos um grande questionamento da existência de alguns Estados na África e na Ásia. É também ilustrativo o caso da Albânia e de várias repúblicas do Leste Europeu. O que não significa que um conjunto de etnias e grupos nacionais, em especial no Leste Europeu, deixem de lutar para tornarem-se nações independentes. Mas, o importante aqui é que a Europa Ocidental e os Estados Unidos são pólos de atração populacional. No caso europeu, os membros de ex-colônias, exploradas economicamente e desorganizadas culturalmente pelo colonizador, buscam agora realizar o sonho prometido de

uma vida melhor nas ex-metrópoles. Se bem que grande parte da literatura sobre colonização/descolonização afirme claramente que o processo de colonização, efetivamente, nunca deixou de existir, o que se alterou foi a forma de dominação.

Enzensberger nos lembra que toda migração, independentemente da causa, natureza e escala, gera conflitos. O interesse próprio e a xenofobia são constantes antropológicas mais antigas do que todas as sociedades conhecidas. Para evitar banhos de sangue e possibilitar ainda um mínimo de intercâmbio entre diferentes clãs, tribos e grupos étnicos, as sociedades do passado inventaram os rituais de hospitalidade. Mas, tais providências não revogam o *status* do estrangeiro. Muito pelo contrário, elas o fixam. O hospede é sagrado, mas não deve ficar. (Enzensberger, 1993:92)

A recente forma Estado-Nação altera substancialmente as relações com o estrangeiro em seus duzentos anos de existência. Os grupos étnicos são gerados, quase espontaneamente, por sua livre vontade; as nações são uma criação consciente, constituindo com freqüência entidades muito artificiais, desprovidas de coerência na ausência de uma ideologia específica.

Mas, se é verdade que nenhuma nação apresenta uma população étnica absolutamente homogênea, fato esse que por si só encerra um conflito fundamental com o sentimento nacional que tomou forma na maioria dos Estados, não é menos verdade que as nações ditas e tidas como bem sucedidas criaram uma autoconsciência bem codificada, um sistema de instituições políticas, militares, fiscais, e numerosos recursos legais para demarcarem suas fronteiras. Sem contar o arsenal lendário. Quanto mais artificial a gênese de uma nação, mais precário e histórico é o sentimento nacional. Isso se aplica às nações retardatárias - os novos Estados originados do sistema colonial - e também às uniões forçadas. (Enzensberger, 1993:93)

Mas, independente da maior ou menor



Henrique Delgado Jr.

precariedade do sentimento nacional, os principais grupos nacionais sempre têm dificuldades para tolerar a existência de minorias e a cada nova onda de imigrantes, afigura-se um problema político. Até muito recentemente eram apontados como exceções os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália, que se formaram a partir de uma massiva migração. O mito essencial desses países é o da tábula rasa não esquecendo que, para tanto, a população indígena foi exterminada. De todo modo, importa verificar em que características as migrações contemporâneas diferem das do passado.

Em primeiro lugar, com a globalização do mercado mundial, o capital destrói as barreiras nacionais. Não se preocupa com impulsos patrióticos e racistas, mas pode empregá-los taticamente, se necessário. A livre movimentação do capital, em geral, atrai mão-de-obra sem consideração de raça ou nacionalidade.

Em segundo lugar, a promessa de uma vida melhor, como já mencionamos anteriormente, é um importante fator a impulsionar as migrações. No passado, era a Terra Prometida, El Dorado ou o Novo Mundo. Hoje, o sonho chega através da mídia. A publicidade tem para "os condenados da terra", o efeito de uma descrição confiável, de um modo de vida possível. Em grande medida, determina o horizonte de expectativas que impulsionam a migração. O contraponto aparece, também, nos próprios meios de comunicação que, em conjunto com alguns partidos e algumas importantes lideranças políticas, têm criado um imaginário social atribuindo todos os males sócio-econômicos aos imigrantes extra-comunitários, como atualmente são conhecidos na Europa.

Em terceiro lugar, desde que a história se tornou história mundial, povos inteiros se viram condenados à superfluidade. É interessante pensar que, por trás de nomes como "colonialismo", "industrialização", "solução final", "Versalhes" ou "Yalta" encontram-se verdadeiras sentenças, que são pronunciadas abertamente e colocadas em prática, para que

ninguém tenha dúvidas sobre a sorte que lhe está sendo destinada: emigração, expulsão ou genocídio. (Enzensberger, 1993:97)

Tudo indica que o fenômeno da emigração e da imigração estão relacionados com as condições de vida, embora outras dimensões possam ser observadas, sendo a pobreza talvez o principal determinante da emigração. Os estrangeiros são mais estrangeiros quando são pobres.

De todo modo, importa ressaltar que a maioria dos países onde o racismo e o xenofobismo despontam com uma intensidade assustadora foram constituídos por uma diversidade de povos.

O fato das ideologias de sangue e raça ganharem credibilidade justamente nesses países pode ser visto como uma espécie de compensação para amparar uma identidade nacional particularmente frágil. O ariano nunca passou de uma construção risível. Nesse aspecto, o racismo alemão difere do japonês, pois este último apela para o grau relativamente elevado de homogeneidade étnica da população da ilha (Enzensberger, 1993:100).

Mas a proliferação do sentimento anti-imigrante não leva em consideração essas questões e os novos ingredientes do racismo, como demonstram as análises de Stolcke, são mais eficientes e convencem com muito mais facilidade. Em um mundo onde tudo parece se desterritorializar, se desenraizar, nada mais confortável e seguro do que meu território, minhas origens, enfim meu "enraizamento", ainda que isto tudo não passe de uma construção frágil.

Se é verdade que essas mudanças, no plano macro-social são irreversíveis, pois o capitalismo tem demonstrado uma capacidade ímpar de transformar-se, não é menos verdade que no plano micro, seus efeitos são diluentes de certas crenças comuns ao ideário democrático liberal. Uma prova concreta da dissolução dessas crenças foram os movimentos negros e feministas norte-americanos e, neste último caso, também

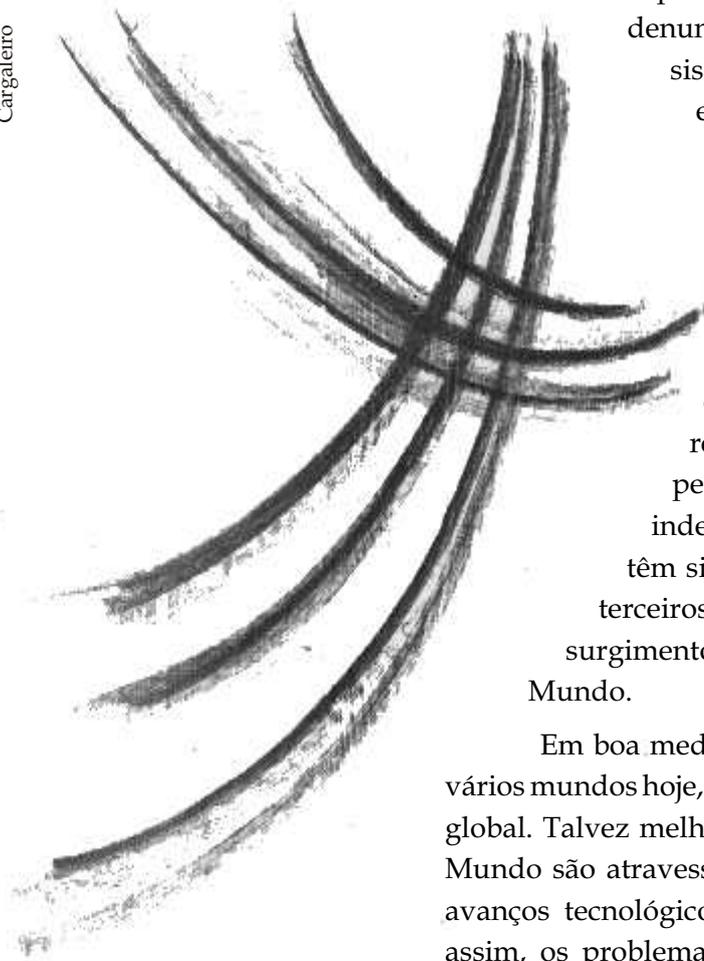
Europeu, que denunciaram as diferenças de tratamento a que estavam submetidos mulheres e negros nos países avançados, como já observamos anteriormente. Como desdobramentos importantes desses movimentos de mulheres e negros na atualidade, seus membros, ou melhor, aqueles que carregam as marcas carnis das diferenças de raça e de gênero, são considerados os inimigos internos. No caso norte-americano e europeu, os negros e não-brancos possuidores de cidadania, considerando as devidas diferenças históricas, são apontados como os vilões da desconstrução do Estado de Bem-Estar Social.

Trata-se, obviamente, de se encontrar um alvo interno para justificar o gradual desmonte do Estado Providência, mas o interessante é observar que os grupos que gestionam os diferentes Estados Nacionais, em especial os avançados, mantêm o princípio de tolerância mútua só no plano discursivo. Na prática, pregam a intolerância. E as minorias perceberam há muito tempo que, com esse tipo de técnica social, o sonho de um mundo mais igualitário não é realizável.

Tudo indica que, nesse momento, entrecruzam-se os problemas relativos à convivência de diferentes crenças religiosas e políticas (isto é, relativos à tolerância política e religiosa), com os problemas de convivência entre e com as minorias (isto é, relativos à tolerância em relação aos diferentes). E, neste caso, a questão é a seguinte: como é possível demonstrar que o mal-estar diante de uma minoria ou diante do irregular, do anormal, do diferente, deriva de preconceitos inveterados de formas irracionais puramente emotivas de julgar os homens e os eventos, e que a utilização destas formas, na atualidade, têm servido ao objetivo de construir falsas verdades que impedem a convivência pacífica entre os homens e entre os diferentes povos?

A resposta a esta questão depende do modo como cada um de nós se posiciona diante da vida social, mas o que não podemos esquecer é que a frase lapidar da tolerância, presente em quase todas as constituições democráticas, "sem distinção de raça, sexo, credo, cor, ou origem nacional", transforma-se no seu oposto, ou seja, em distinção de raça, sexo, credo, cor ou origem nacional. Assim, um conjunto de premissas que buscavam orientar a vida social democrática desmancham-se no ar. Tal fato é a um só tempo previsível e surpreendente: previsível, porque a história nos informa que, em todos os períodos em que ocorrem grandes mudanças sociais, a transição de um modo de vida para outro é sempre problemática e envolve avanços e retrocessos no âmbito das práticas sociais; surpreendente, porque toda nova situação nos remete a uma certa indefinição que causa instabilidade e medo tanto no plano individual como no coletivo.

O problema é que as indefinições também ampliam a neurose social e alguns velhos inimigos retornam à cena mas, ao que tudo indica, aqueles que sempre são apontados como inimigos não estão dispostos a representar os mesmos papéis de outrora. Esta situação aparece de modo



mais transparente no primeiro mundo. Por um lado, as minorias, ao denunciarem os preconceitos, as discriminações, as inconsistências e incoerências, enfim, a ausência de uma efetiva justiça distributiva no plano sócio-econômico, desvendam a face obscura do Estado do Bem-Estar, isto é, a existência de diferentes gradações de bem-estar ou mesmo ausência deste para alguns segmentos. Por outro lado, quando algumas de suas reivindicações são atendidas, pois suas exigências de tratamento igualitário e de políticas compensatórias em relação aos males sofridos no passado foram reconhecidas como justas, agora são questionadas pelos setores conservadores e tratadas como privilégios indevidos. Os resultados práticos desse questionamento têm sido o que alguns autores chamam da emergência de terceiros mundos no primeiro, caracterizando claramente o surgimento de problemas sociais típicos do Terceiro no Primeiro Mundo.

Em boa medida, essa classificação, que considera a existência de vários mundos hoje, também não nos auxilia a pensar o novo arranjo social global. Talvez melhor seria atentar para o fato de que certas regiões do Mundo são atravessadas mais intensamente do que outras, tanto pelos avanços tecnológicos quanto pelas chamadas reformas neo-liberais e, assim, os problemas sociais tendem a agravar-se mais ou menos, em função da história anterior. Portanto, uma imagem interessante do mundo atual é aquela de ilhas de muita prosperidade cercadas por mares de pobreza e miséria. É neste quadro ou, se preferirem, nesse cenário, que a intolerância assume uma extensão preocupante, desenrolando um novo ato na história da humanidade.

O exposto acima permite afirmar que o debate sobre tolerância/intolerância expressa muito bem alguns dos principais contrapontos, ambigüidades ou mesmo antinomias sempre presentes no pensamento: ordem e progresso, reforma e revolução, democracia e tirania, sagrado e profano, racional e irracional, paz e guerra, que são também partes integrantes dessa "coleção" de desafios do pensamento moderno e contemporâneo.

Esses contrapontos, ambigüidades ou mesmo antinomias, estão presentes em todas as correntes de pensamento de modo desigual. Talvez se possa afirmar que o contraponto tolerância/intolerância deva ser visto como particularmente elucidativo ou mesmo heurístico (no sentido mais lógico do termo) dos impasses e horizontes que se colocam em praticamente todos os níveis da vida social em âmbito nacional e mundial.

Ao retomarmos a problemática da tolerância/intolerância queremos compreender melhor o pensamento e realidade do mundo contemporâneo. O deslocamento do ideal de tolerância das questões



Detalhe de Pontos Negros, de Kandinsky

religiosas e políticas para as questões étnico/raciais coloca a necessidade de uma nova conceituação desse princípio.

Se, no passado, o ideal de tolerância esteve na base da construção da democracia liberal européia, no presente, o seu oposto, a intolerância, desafia a própria democracia.

Deste ponto de vista, as manifestações do pensamento e as práticas sociais que propiciam ou mesmo orientam a exclusão, a não integração social do outro, do diferente, seja esse outro, esse diferente, um indivíduo, um grupo social ou uma nação, são graves sintomas de uma cultura intolerante.

#### BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, T. W et alii. La personalidad autoritária. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1965, especialmente os cap. XVI a XIX.
- . The authoritarian personality. New York: Science Editions, 1964 John Wiley & Sons, Inc.
- ARONOWITZ, Stanley. Pós-modernismo e política. In: HOLLANDA, Heloisa B. de (org.). Pós-modernismo e política. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2ª edição, 1992.
- BARBALET, J.M. A cidadania. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. Introdução à história contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 4ª edição, 1976.
- BARRINGTON MOORE. A tolerância e o ponto de vista científico. In: Crítica da tolerância pura. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- BOBBIO, Noberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Editora Campus, 5ª reimpressão, 1996.
- COMAROFF, John. Humanidade, etnia, nacionalidade: perspectivas conceituais e comparativas sobre a URSS. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, número 22, ano 8, junho de 1993.
- ENRIQUEZ, Eugene. Caminhos para o outro, caminhos para si. In: Sociedade e Estado, Revista Semestral de Sociologia, vol. IX, núm. 1/2, janeiro/dezembro de 1994.
- ENZENSBERGER, Hans M. O vagão humano. In: Reflexões sobre o futuro. Edição comemorativa dos 25 anos da Revista veja, 1993.
- EWALD, François. L'état providence. Paris: Bernard Grasset, 1986.
- FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Porto: Edição A. Ferreira, sd. Tradução de Alexandre

Pomar.

-----Les dammés de la terre. Paris: Maspéro, 1961

GORZ, André. História y enajenación. México: Fondo de Cultura Económica, 1986. Colección Popular/Tiempo Presente.

IANNI, Octavio. A sociedade global. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª edição, 1993.

-----A era do globalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

-----A racialização do mundo. In: Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, vol. 8, nº1, maio de 1996.

-----Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

JAMESON, Fredric. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Editora Ática, 1996.

----- . Periodizando os anos 60. In: HOLLANDA, H. B. de (org.). Pós-modernismo e política. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2ª edição, 1992.

JONES, James M. Racismo e preconceito. São Paulo: Editora Edgar Blucher/EDUSP, 1973 (Tradução: Dante Moreira Leite).

LACLAU, Ernesto. A política e os limites da modernidade. In: HOLLANDA, Heloisa B. de (org.). Pós-modernismo e política. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2ª edição, 1992.

LECA, Jean. Tipos de pluralismo e a viabilidade da democracia. In: REIS, Elisa, et alli. Pluralismo, espaço social e pesquisa. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1995.

LOCKE. Carta sobre a tolerância. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1981. Coleção Os Pensadores.

MARCUSE, Herbert. Tolerância repressiva. In: Crítica da tolerância pura. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MARX, Karl. A questão judaica. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Laemmert S/A, 1969.

MÉSZÁROS, István. Marx: a teoria da alienação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

POLIAKOV, Léon. Do anti-sionismo ao anti-semitismo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988. Coleção debates nº 208.

ROUANET, Sergio P. Teoria crítica e psicanálise. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 3ª edição, 1989, especialmente o capítulo 8.

----- . Identidade e diferença: uma tipologia. In: Sociedade e Estado, vol. IX, núm. 1/2, janeiro/dezembro de 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

----- . A construção multicultural da igualdade e da diferença. mimeo. Palestra proferida no VII Congresso Brasileiro de Sociologia, setembro de 1995.

SARTRE, Jean-Paul. Reflexões sobre o racismo. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 3ª edição, 1963.

STOLCKE, Verena. Cultura européia: uma nova retórica de exclusão?. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, número 22, ano 8, junho de 1993.

VOLTAIRE. Tratado sobre a tolerância: a propósito da morte de Jean Calas. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

WOLFF, Paul Robert. Além da tolerância. In: Crítica da tolerância pura. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

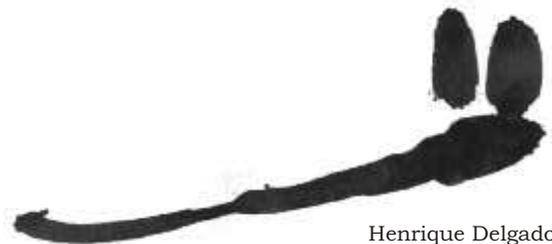
WORSLEY, Peter. El tercer mundo: una nueva fuerza vital en los asuntos internacionales. México: Siglo Veintiuno Editores, 1966.

YUDICE, George. O multiculturalismo e os novos critérios de

valorização cultural. In: Sociedade e Estado, Revista Semestral de Sociologia, vol. IX, núm. 1/2, janeiro/dezembro de 1994.

ZAHAR, Renate. Colonialismo y enajenación: contribución a la teoría política de Frantz Fanon. México: Siglo Veintiuno Editores, 1970.

\*Valter Roberto Silvério - Professor Assistente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos.



Henrique Delgado Jr.